

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em dezembro de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ dezembro de 2023 apresentou um déficit primário de R\$ 119,4 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a despesa totalizou R\$ 302,6 bilhões, acréscimo de 72,4% na mesma base de comparação, impactada pelo adiantamento do pagamento de precatórios não pagos em exercícios anteriores no valor de R\$ 93,1 bilhões, por meio de créditos extraordinários.² Já a receita líquida do governo central atingiu R\$ 183,2 bilhões nesse mês, representando crescimento de 1,7% em termos reais, comparativamente a dezembro de 2022.

Com o cômputo referente a dezembro incorporando o adiantamento do pagamento de precatórios, 2023 registra, nas nossas estimativas, um déficit primário de R\$ 234,3 bilhões, comparado ao superávit de R\$ 59,7 bilhões no mesmo período de 2022.

Em dezembro, a receita total apresentou um crescimento real de 2,5%, quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês de 2022. Isso se deu em função do bom desempenho das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), com aumento de R\$ 8,1 bilhões (6,5%), e da arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com crescimento real de R\$ 2,5 bilhões (3,4%). As receitas não administradas pela RFB caíram R\$ 5 bilhões (16,6%) no período. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, registrou crescimento de R\$ 3 bilhões (1,7%).

No acumulado de janeiro a dezembro de 2023, a receita total registrou uma variação real negativa de 2,9%, somando uma queda real de R\$ 72,3 bilhões, fortemente impactada pela queda na arrecadação das receitas não administradas pela RFB – que tiveram no período um decréscimo de 21,1%, redução real de R\$ 86,8 bilhões – e pelas receitas administradas pela RFB – com queda real de 1,1% na mesma base de comparação, equivalente a R\$ 16,5 bilhões –, ao passo que a receita líquida do RGPS acumulou alta de 5,5%, equivalente ao montante de R\$ 31 bilhões (tabela 1).

Ainda na tabela 1, no acumulado do ano até dezembro, a despesa teve um crescimento real de R\$ 247 bilhões (12,9%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/12/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-novembro-de-2023/>.

2. Esse pagamento de passivo de precatórios acumulado nos últimos anos foi autorizado pela Ação Direta de Inconstitucionalidade no 7.064 via abertura de crédito extraordinário, sem impacto no teto de gastos e na meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas é considerado nos cálculos de resultado primário do Tesouro e do Banco Central.

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 12 de janeiro de 2024.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de dez./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-dezembro (preços constantes, R\$ milhões de dez./2023)		Taxa de variação (%)
	dez./2022	dez./2023		2022	2023	
1-Receita Total	227.517	233.138	2,5	2.460.968	2.388.679	-2,9
1.1 - Receita Administrada pela RFB	124.903	133.010	6,5	1.480.028	1.463.512	-1,1
1.2 - Incentivos Fiscais	-4	-	-	-59	-61	-2,4
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	72.727	75.205	3,4	569.227	600.257	5,5
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	29.891	24.923	-16,6	411.772	324.971	-21,1
2. Transf. Por Repartição de Receita	47.336	49.913	5,4	486.209	460.961	-5,2
3. Receita Líquida (1-2)	180.181	183.225	1,7	1.974.759	1.927.718	-2,4
4. Despesa Total	175.530	302.613	72,4	1.915.024	2.162.054	12,9
4.1 Benefícios Previdenciários	65.771	68.453	4,1	846.913	885.684	4,6
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	38.010	40.254	5,9	359.250	356.730	-0,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	25.703	118.711	361,9	314.833	395.964	25,8
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	46.046	75.194	63,3	394.028	523.676	32,9
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	4.651	-119.388	-2667,1	59.735	-234.336	-492,3

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em dezembro foi registrado um crescimento real de R\$ 8,1 bilhões (6,5%) em relação ao mesmo mês de 2022, com destaque para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), totalizando um acréscimo real de R\$ 9,3 bilhões (9,6%), em comparação a dezembro de 2022. As receitas não administradas pela RFB apresentaram uma queda real no período de 16,6%, com destaque para as receitas com dividendos e participações e concessões e permissões, com quedas reais de R\$ 2,2 bilhões (-30,6%) e de R\$ 1,9 bilhão (-48,9%), respectivamente.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de dez./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-dezembro (preços constantes, R\$ milhões de dez./2023)		Taxa de variação (%)
	dez./2022	dez./2023		2022	2023	
1-Receita Total	227.517	233.138	2,5	2.460.968	2.388.679	-2,9
1.1 - Receita Administrada pela RFB	124.903	133.010	6,5	1.480.028	1.463.512	-1,1
1.1.01 Imposto de Importação	4.890	4.454	-8,9	62.865	55.140	-12,3
1.1.02 IPI	5.060	6.204	22,6	63.807	60.283	-5,5
1.1.03 Imposto de Renda	66.024	72.055	9,1	710.304	708.247	-0,3
1.1.04 IOF	5.459	5.652	3,5	62.828	62.936	0,2
1.1.05 Cofins	25.421	27.549	8,4	294.401	297.685	1,1
1.1.06 PIS/Pasep	7.129	7.969	11,8	85.136	86.109	1,1
1.1.07 CSLL	8.690	7.092	-18,4	169.300	151.625	-10,4
1.1.09 CIDE Combustíveis	13	312	2254,3	1.791	1.216	-32,1
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.215	1.723	-22,2	29.596	40.271	36,1
1.2 - Incentivos Fiscais	-4	-	-	-59	-61	-2,4
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	72.727	75.205	3,4	569.227	600.257	5,5
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	29.891	24.923	-16,6	411.772	324.971	-21,1
1.4.1 Concessões e Permissões	3.959	2.022	-48,9	49.681	8.860	-82,2
1.4.2 Dividendos e Participações	7.036	4.880	-30,6	91.937	50.783	-44,8
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.640	1.633	-0,4	18.370	17.671	-3,8
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6.731	5.696	-15,4	141.099	114.459	-18,9
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.884	685	-63,6	22.424	20.301	-9,5
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	3.971	4.323	8,9	28.999	31.284	7,9
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	91	102	12,0	91	102	12,0
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.578	5.581	21,9	59.170	81.511	37,8
2. Transf. Por Repartição de Receita	47.336	49.913	5,4	486.209	460.961	-5,2
3. Receita Líquida (1-2)	180.181	183.225	1,7	1.974.759	1.927.718	-2,4

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; PIS/Pasep – Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; e FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Com o dado de dezembro, a receita total de 2023 registrou um decréscimo real de R\$ 72,3 bilhões (-2,9%) em relação a 2022. As principais retrações ocorreram nas receitas não administradas, especificamente nas receitas com concessões e permissões, com queda de R\$ 40,8 bilhões (-82,2%), seguidas pela retração de R\$ 41,2 bilhões (-44,8%) em dividendos e participações e de R\$ 26,6 bilhões (-18,9%) na exploração de recursos naturais. No tocante aos itens da receita administrada pela RFB, as maiores variações negativas foram de R\$ 17,7 bilhões (-10,4%) na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de R\$ 7,7 bilhões (-12,3%) no Imposto de Importação (II) e de R\$ 3,5 bilhões (-5,5%) no IPI, conforme indicado na tabela 2.

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se observar que em dezembro ocorreu um expressivo aumento em relação a 2022, impactado pelo pagamento de créditos extraordinários, em sua maior parte relativos ao pagamento de precatórios não pagos no valor de R\$ 93,1 bilhões – R\$ 87,9 bilhões, equivalente a 1.469,5% –, pelo pagamento de despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Programa Bolsa Família e despesas obrigatórias com saúde) – R\$ 14,5 bilhões, ou 62,3% – e pelo pagamento de despesas discricionárias – R\$ 14,7 bilhões, aumento de 64,3%.

A desagregação (tabela 3) também permite verificar que, em 2023, as despesas totais tiveram um crescimento real de R\$ 247 bilhões (12,9%), com destaque para: i) as despesas com créditos extraordinários – R\$ 46 bilhões, equivalente a 92,3% – devido ao adiantamento do pagamento dos precatórios; ii) despesas obrigatórias com controle de fluxo – R\$ 105,2 bilhões, aumento de 45,2% –, muito ampliadas em função do crescimento das despesas com o Programa Bolsa Família; e iii) despesas discricionárias do Poder Executivo – R\$ 24,4 bilhões, ou 15,2%. Vale lembrar que, em 2022, parte do benefício do Programa Bolsa Família foi paga por meio de créditos extraordinários. No entanto, algumas despesas apresentaram redução real no acumulado de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior, com destaque para a compensação ao RGPS pela desoneração da folha de pagamentos, com queda de R\$ 3,3 bilhões, e despesas de pessoal, com queda no ano de R\$ 2,5 bilhões (-0,7%).

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de dez./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-dezembro (preços constantes, R\$ milhões de dez./2023)		Taxa de variação (%)
	dez./2022	dez./2023		2022	2023	
4. Despesa Total	175.530	302.613	72,4	1.915.024	2.162.054	12,9
4.1 Benefícios Previdenciários	65.771	68.453	4,1	846.913	885.684	4,6
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	38.010	40.254	5,9	359.250	356.730	-0,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	25.703	118.711	361,9	314.833	395.964	25,8
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	3.213	4.252	32,3	68.754	74.170	7,9
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	7.043	8.207	16,5	83.811	93.760	11,9
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	5.981	93.877	1469,5	49.940	96.019	92,3
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0	0	-	3.327	0	-100,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.940	3.075	4,6	35.029	38.190	9,0
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	2.661	2.882	8,3	15.901	17.573	10,5
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	348	332	-4,4	4.242	4.054	-4,4
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	411	395	-3,7	18.316	20.355	11,1
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.251	4.583	266,3	16.361	22.200	35,7
4.3.10 Impacto Primário do FIES	161	0	-100,0	782	1.440	84,1
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	1.694	1.108	-34,6	18.370	28.202	53,5
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	46.046	75.194	63,3	394.028	523.676	32,9
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	23.258	37.751	62,3	232.961	338.198	45,2
4.4.2 Despesas Discricionárias	22.788	37.443	64,3	161.067	185.478	15,2

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Loas – Lei Orgânica da Assistência Social; RMV – Renda Mensal Vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Andreza Aparecida Palma

Cristiano da Costa Silva

Debora Mesquita Pimentel

Felipe dos Santos Martins

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
